



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELACAO ORAL

A longa espera por consulta tem sido sempre um problema para o crescimento socioeconómico. Com o envelhecimento da sociedade, aumentam as consultas nas entidades públicas, e com as transformações do ambiente social, aumentam também as doenças graves, como o cancro, portanto, são maiores os desafios para os serviços de saúde públicos. Para satisfazer as necessidades dos residentes e aliviar a pressão das entidades que prestam cuidados de saúde, nestes últimos anos o Governo tem investido cada vez mais na saúde, nomeadamente ao nível do pessoal e do fornecimento e aquisição de serviços. Porém, devido ao impacto da eficácia administrativa, a qualidade dos serviços ainda é limitada, e mesmo com a política de um hospital como se fosse dois, ainda se está longe de conseguir satisfazer as aspirações dos residentes, degradando-se, antes pelo contrário, o ambiente de trabalho do pessoal, especialmente devido ao aumento do volume e da carga horária do trabalho. Assim, agravam-se as relações médico/paciente, e cria-se um impasse ao desenvolvimento dos cuidados de saúde, por serem insuficientes os efeitos das medidas de aquisição de serviços.

De entre as opiniões dos diversos sectores sociais, uma defende a adopção do seguro de saúde universal, tomando como referência as experiências de outras regiões, para aliviar os encargos dos cuidados de saúde públicos, promover o desenvolvimento do sector privado e,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

essencialmente, oferecer opções aos residentes consoante as suas necessidades. O Governo incumbiu um órgão científico da realização dum estudo cujo relatório não nega os efeitos do seguro de saúde universal e recomenda a adopção de um modelo misto, no sentido de manter o actual sistema e de promover a aquisição de seguro para os não-beneficiários do sistema, através da emissão de vales de saúde, e a optimização dos serviços de saúde, através do mecanismo de apoio à saúde em situação de catástrofe.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em termos de acção governativa, o Governo pretende utilizar o Hospital das Ilhas para otimizar os serviços de saúde, uma intenção que não pode ser concretizada porque a sua construção leva tempo. Para responder, entretanto, às aspirações dos residentes, as formas mais viáveis e eficazes são as medidas de repartição dos serviços através de triagem. O Governo deve reforçar a colaboração com o sector privado, para alargar o volume e o âmbito da requisição de serviços e, assim, aliviar a pressão das entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde. Vai fazê-lo?
2. O Governo incumbiu uma instituição científica da realização dum estudo sobre o regime de seguro de saúde universal, e segundo as suas recomendações, para otimizar o actual sistema de saúde deve permitir-se a aquisição de seguro por parte dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

não-beneficiários do sistema através da emissão de vales de saúde, e criar-se um mecanismo de apoio à saúde em situação de catástrofe. O Governo vai considerar essas recomendações?

3. Para aliviar os encargos dos residentes com a saúde, o Governo lançou há anos o programa de comparticipação nos cuidados de saúde, cujo montante passou a 1200 patacas durante a epidemia. O Governo deve pensar em substituir esse programa por um regime permanente, com vista a reforçar as garantias dos residentes no âmbito da saúde. Vai fazê-lo?

29 de Junho de 2020

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei